

Editorial

Ao longo dos 17 anos da *Revista Locus*, numerosos artigos foram publicados. A Revista sempre esteve aberta à diversidade temática e metodológica. Nos últimos números, tem aberto espaço a dossiês e este número é dedicado aos estudos de Gênero. Questão que se tem feito presente em História e nas demais áreas de Ciências Humanas e Sociais. O tema deve ser visto em seu contexto histórico.

Desde fins dos anos 60, tornam-se presentes no Ocidente sinais e percepções de desmoronamento. O mundo sobrevivente à Segunda Guerra Mundial, polarizado em Capitalismo X Comunismo, mostrou fissuras em ambos os lados. Negros norte-americanos, em *A Marcha para Washington* em 1963, tornaram visíveis as contradições da democracia norte-americana. Jovens atletas negros – *Panteras Negras* – nas Olimpíadas do México, ergueram os punhos em protesto e denúncia às questões raciais norte-americanas.

Em 1967, o Estado de Israel invadiu terras de Gaza e aumentou seu território na *Guerra dos Seis Dias*. Desconstruiu todo um olhar sobre o sionismo. Em 1968, Dubcek buscou conciliar, na Checoslováquia, a economia planejada com liberdades democráticas. A União Soviética, através do Pacto de Varsóvia, invadiu aquele país e abafou as tentativas de desestalinização. O episódio, que ficou conhecido como *Primavera de Praga*, aprofundou o descontentamento com o “Socialismo Real”, nas discussões dos marxistas ocidentais.

Ficou conhecida como *Maio de 1968* a série de acontecimentos que se iniciaram nas universidades de Nanterre e Paris: protestos estudantis contra o sistema educacional e o estabelecido. Protestos que se estenderam aos trabalhadores e se alastraram pela Europa e Estados Unidos. Caracterizaram-se os protestos e seus desdobramentos pela ampliação dos conceitos de “política” e de “liberdade”. *Eros e a civilização*, de Herbert Marcuse, é a radiografia identificadora de liberdades que devem ser buscadas: liberdade dos corpos, dos gêneros e convívio com as diferenças. O movimento hippie, Beatles, protestos contra a Guerra do Vietnã e a reivindicação de feministas assinalam aspectos do questionamento ao estabelecido.

Novas questões foram colocadas para o meio acadêmico e a necessidade de propostas metodológicas para estudá-las. O conceito de “Gênero” surgiu na década de 1970, como categoria de análise

social, usado por feministas norte-americanas em busca das diferenças baseadas no sexo. A visibilidade do movimento feminista, no período, foi possível pelas questões que assinalamos anteriormente. Em História, ampliou-se o universo a ser estudado, contudo, como assinalou Hobsbawm:

Mas os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados de outros aspectos do seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material.¹

As questões de gênero estão imbricadas nos diversos aspectos que envolvem os contextos sociais e nos quais os indivíduos atuam na História. Recebem e constroem visões de mundo em seus momentos e em lugares que ocupam na sociedade. Os estudos sobre a questão têm revelado que, homens e mulheres vivenciam, de maneiras específicas, seus contextos históricos. Neste dossiê, os estudos debruçam-se em tais vivências.

O dossiê é aberto pelo texto de Alex Silva Monteiro: “Despidas de suas vestes. Torturas e intrigas: o cotidiano das cristãs-novas nos cárceres do Santo Ofício da Inquisição de Portugal, século XVII”, no qual o autor discute a questão de gênero no contexto da Inquisição Portuguesa, abordando as réis, especialmente as cristãs novas, diante dos tribunais inquisitoriais. Através dos processos instaurados, o autor mergulha no cotidiano das acusações, buscando resgatar valores e visões sobre a mulher no século XVII português. Ao mesmo tempo, revela as torturas físicas e psicológicas as quais foram submetidas, algumas delas, em tenra idade.

Ainda no campo da religiosidade, William de Souza Martins, em artigo intitulado: “Representações femininas na obra do padre Manuel Bernardes (1644-1710)”, analisa as representações de gênero encontradas em duas obras de autoria de Manuel Bernardes, um padre português que apresentava as mulheres a partir de uma perspectiva misógina, a fim de persuadir os fiéis em relação a seus princípios. Duas obras do padre serviram de base para a percepção de tais representações: *Armas de castidade*, de 1699 e *Nova Floresta*, escrita entre 1706 e 1728.

1 HOBBSAWM, Eric. “Da História Social à história das sociedades”. In: Sobre História. São Paulo.

Deyssy de La Luz García, no trabalho “Las mujeres en el pentecostalismo mexicano. Apuntes para la historia (Las pioneras, 1910-1948),” analisa o papel das mulheres pentecostais no México, na primeira metade do século XX. A partir de fontes orais e escritas, a autora destacou a atuação relevante das mulheres no processo de divulgação e aquisição de novos adeptos para a doutrina pentecostal, em que pese sua pouca participação no âmbito das atividades de direção e gestão de igrejas. O artigo leva em conta, igualmente, os valores por elas compartilhados e as condutas consideradas ideais no gênero feminino.

No presente dossiê, não só a relação entre gênero e religião é levada em conta, mas também a perspectiva da “ciência” em relação à mulher. Este é o objeto central do artigo de Marisa Miranda e Maria Bargas, intitulado “Mujer y maternidad: entre el rol sexual y el deber social (Argentina, 1920-1945)”. As autoras se voltam para o estudo das relações entre eugenia e gênero e entre gênero e sexo, segundo as visões predominantes na Argentina, nas primeiras décadas do século XX. Através da leitura, conclui-se que, dentro de um paradigma eugênico-latino, sexo e gênero eram duas faces de uma mesma moeda, ou seja, predominava uma relação mimética entre os dois temas. Dessa forma, a desigualdade entre homens e mulheres, a subordinação feminina e a heterossexualidade tinham caráter natural e imutável. Qualquer alteração desse paradigma era vista como um atentado às leis da natureza.

Segue-se o artigo de Marina Garone Gravier e Albert López, intitulado “Rastros invisíveis sobre o papel: as impressoras antigas na Espanha e México (Séculos XVI ao XIX),” no qual se propõe resgatar o papel das mulheres no mercado tipográfico. Começando a abordagem nos primórdios da imprensa, até meados do século XIX, os autores buscam destacar o importante papel desempenhado pelas mulheres no trabalho de impressão de numerosos livros e panfletos (broadsides). Muitas herdaram o negócio de seus falecidos pais ou maridos, levando à frente, com maestria, as atividades. A partir da análise específica da trajetória individual de várias tipógrafas ao longo do período, os autores revelam a importância de tais análises para os estudos de gênero no mundo do trabalho.

Em geral, os estudos de gênero são voltados para a análise do papel da mulher em sua relação com a sociedade. A historiadora Maria Izilda de Matos presta contribuição inovadora ao tratar da masculinidade, no artigo: “Cabelo, barba e bigode: masculinidades, corpos e subjetividades.” Tendo como palco a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, a autora relaciona os ideais de masculinidade presentes nos discursos médicos e nas propagandas dos jornais. Destaca a preocupação com o combate ao alcoolismo e com

a manutenção de um corpo jovem e saudável, através da propagação da importância da higiene masculina, sobretudo manifesta através dos cuidados com o cabelo, a barba e o bigode.

Complementam o presente volume dois artigos e uma resenha, recebidos em fluxo contínuo. O ensaio de Clarice Cassab, intitulado: “Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução”, volta-se para o estudo dessas duas categorias ao longo da história. Partindo do período romano, passando pelo período medieval e confluindo para a modernidade, a autora vai acompanhando as mudanças de concepção acerca do que significava, em cada período, ser jovem. Ressalta-se a atribuição à juventude de desvios e consequências, sobretudo quando associada à pobreza.

O artigo de Fábio Chagas, intitulado: “O nacionalismo revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil”, aborda a resistência contra a ditadura militar brasileira levada a cabo, sobretudo, por militantes nacionalistas e comunistas gaúchos. Fundamentando-se em consistente base empírica, o autor analisa os vínculos entre os dois grupos, destaca a participação de importantes lideranças no planejamento e organização das ações contragolpistas e analisa as opções feitas pela resistência em cada conjuntura.

Por fim, a revista é fechada com uma resenha de Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, que apresenta aos leitores o livro organizado por Márcio Piñon de Oliveira e Nelson Fernandes, que resume conclusões de um evento que tratou dos 150 anos da área suburbana da cidade do Rio de Janeiro.

Esperamos que o leitor encontre neste volume subsídios para pesquisas futuras, não só para o tema “gêneros”, objeto privilegiado por este número, como também para os demais volumes da revista.

Profa. Dra. Vanda Arantes do Valle
Professora do Departamento de História da UFJF
Organizadora do Dossiê